

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.112 - ES (2019/0011621-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ELEISSON CORREA DE ALMEIDA
AGRAVANTE : LUCIANA LOUREIRO DE ALMEIDA
AGRAVANTE : JOSÉ RENATO LOUREIRO DE ALMEIDA
ADVOGADOS : RODRIGO ANTÔNIO GIACOMELLI - ES012669
CAMILA GOMES GIACOMELI - ES025415
AGRAVADO : RONALD COSTA GOMES
ADVOGADOS : JOÃO ALEXANDRE DE VASCONCELLOS - ES005705
THIAGO PIMENTA MOREIRA - ES013238

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ELEISSON CORREA DE ALMEIDA E OUTROS contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, o qual visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado (fl. 296, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. CABÍVEL ALIENAÇÃO JUDICIAL. INTERPRETAÇÃO LÓGICO SISTEMÁTICA DA EXORDIAL. IMPOSSIBILIDADE DE SE PLEITEAR DIREITO ALHEIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Quanto aos pedidos da peça inaugural é necessária uma interpretação lógico sistemática de toda a peça, e não apenas do tópico dos pedidos.
2. É direito potestativo do condômino de bem imóvel indivisível promover a extinção do condomínio mediante alienação judicial da coisa em razão da ausência de acordo entre as partes.
3. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
4. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada.

Nas razões do recurso especial (fls. 327/334, e-STJ), os ora agravantes apontam violação do art. 85, § 11, do CPC/15, aduzindo, em síntese, que a inversão do ônus sucumbencial, realizada pelo Tribunal *a quo* deveria ter utilizado o mesmo balizador da sentença, logo, deveria ter sido fixado o valor R\$ 1.000,00 (mil reais) a título de verba honorária. Acrescentam, ainda, que a Corte local "criou uma nova base de cálculo, quando além de majorar para 10% sobre o proveito econômico, ainda majorou mais 5% ao fundamento de que estaria ocorrendo a majoração dos honorários em grau recursal".

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 344/350, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fl. 353/354, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial ante a incidência da Súmula 282/STF.

Nas razões do agravo (fls. 365/373, e-STJ), a parte, buscando destrancar o processamento da insurgência, refutou o fundamento apontado.

Contraminuta ao agravo às fls. 376/381, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. A parte pretende ver reconhecida a ofensa ao art. 85, § 11, do CPC/15, aduzindo, em síntese, que a inversão do ônus sucumbencial, realizada pelo Tribunal *a quo* deveria ter utilizado o mesmo balizador da sentença, logo, deveria ter sido fixado o valor R\$ 1.000,00 (mil reais) a título de verba honorária. Acrescenta, ainda, que a Corte local "criou uma nova base de cálculo, quando além de majorar para 10% sobre o proveito econômico, ainda majorou mais 5% ao fundamento de que estaria ocorrendo a majoração dos honorários em grau recursal".

O Tribunal de origem deu provimento à apelação do ora agravado, procedeu à inversão do ônus sucumbencial, nos seguintes termos:

O provimento integral do recurso de apelação impõe a inversão dos ônus sucumbenciais em desfavor dos apelados, que devem arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Nesta esteira, dispõe o artigo 85, §2º do CPC/15 que:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Desta feita, considerando ter sido zeloso o causídico dos apelados, que produziu petição inicial, réplica, agravo de instrumento, no decorrer de aproximadamente 7 (anos) entre a propositura da ação e a prolação da sentença, não ter havido necessidade de diligências em outra comarca, fixo a título de honorários sucumbenciais 10% (dez por cento) do proveito econômico obtido de R\$ 157.840,00 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais) Em grau recursal, o apelante produziu apenas as razões de seu recurso de apelação, razão pela qual, majoro os honorários em mais 5%.

Da leitura acima, depreende-se que a Corte estadual não se manifestou acerca da tese recursal da parte, que diante dessa omissão quedou-se inerte, não manejou os competentes embargos de declaração.

Diante desse quadro, inafastável a incidência da Súmula 282/STF, porquanto patente a ausência do requisito do prequestionamento.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INJUSTIFICADA DE MATERIAL CIRÚRGICO SOLICITADO PELO MÉDICO. DANO MORAL. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ARTS. 1º, II, 35-F e 35-G da Lei 9.656/98. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282/STF.

[...]

2. Inviabilizado o conhecimento do recurso especial acerca de tema não debatido pelo Tribunal origem, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação da Súmula 282 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1296028/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 21/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" (Súmula 282/STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 920.388/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, com base no art. 85, § 11, do CPC/15, majoro a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, em favor do patrono da parte agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator